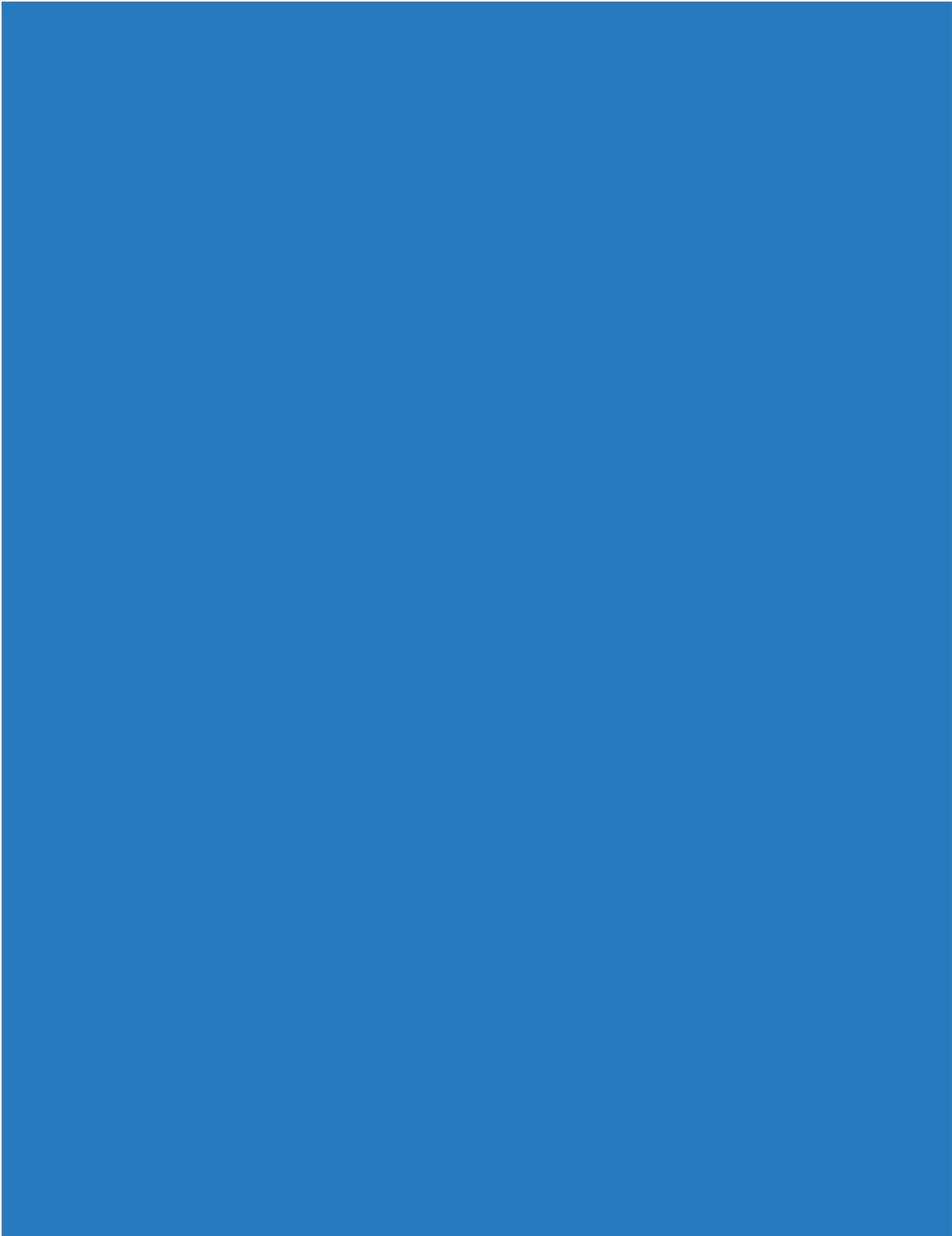




**Indicadores de  
desenvolvimento humano**



## O estado do desenvolvimento humano

«O objectivo básico do desenvolvimento», escreveu Mahbub ul Haq no primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* em 1990, «é criar um ambiente favorável em que as pessoas possam gozar vidas longas, saudáveis e criativas.» Dezasseis anos depois, essa visão continua a ter uma forte repercussão.

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Por vezes, esquecemos essa verdade simples. Impressionados pelas subidas e descidas dos rendimentos nacionais (medidas pelo PIB), temos tendência para pôr no mesmo prato o bem-estar humano e a riqueza material. Não se deve subvalorizar a importância da estabilidade e do crescimento do PIB: são ambos essenciais para o progresso humano sustentado, como se torna óbvio nos vários países que sofrem com a sua ausência. Mas o último parâmetro para medir o progresso é a qualidade de vida das pessoas. Como Aristóteles afirmou, «A riqueza, obviamente, não é o bem que procuramos; apenas é útil e para bem de qualquer outra coisa.»<sup>1</sup> Essa «outra coisa» é a oportunidade das pessoas realizarem o seu potencial como seres humanos. A verdadeira oportunidade prende-se com ter verdadeiras escolhas — as escolhas que surgem com rendimento suficiente, estudos, boa saúde e com o facto de viver num país que não é governado pela tirania. Como escreveu Amartya Sen: «O desenvolvimento pode ser visto ... como um processo de alargar as verdadeiras liberdades que as pessoas gozam.»<sup>2</sup>

Nas últimas décadas houve aumentos sem precedentes na riqueza material e na prosperidade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estes aumentos têm sido muito irregulares, com imensas pessoas a não participarem do progresso. Além disso, o PIB ainda é medido de uma forma que não toma em consideração a degradação ambiental e o esgotamento de recursos naturais.

### Índice de desenvolvimento humano

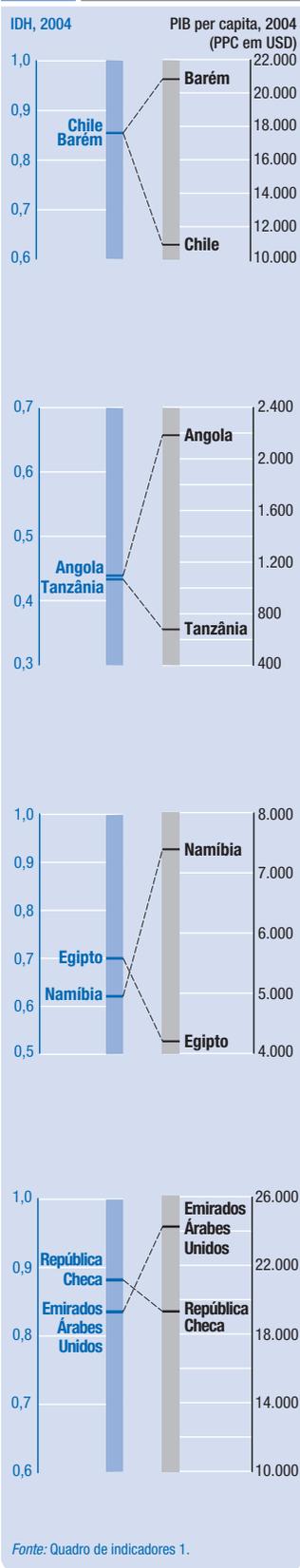
Todos os anos, desde 1990, este relatório tem publicado um índice de desenvolvimento humano (IDH) que olha para além do PIB para uma definição mais ampla de bem-estar. O IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento hu-

mano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC). O índice não é, de forma alguma, uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

O IDH deste ano, que se refere a 2004, realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado. Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré cheia levanta todos os barcos.»<sup>3</sup> Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos — mas alguns estão a afundar-se rapidamente. Os entusiastas que enfatizam os aspectos positivos da globalização deixam-se levar muitas vezes por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres. A pessoa média na Noruega (no topo da liga do IDH) e a pessoa média em países como o Níger (na base) vivem, sem dúvida, em distritos diferentes de desenvolvimento humano da aldeia global. As pessoas na Noruega são mais de 40 vezes mais ricas do que as pessoas no Níger. Vivem quase duas vezes mais. E gozam de uma taxa de matrícula quase universal nos ensinos primário, secundário e superior, em comparação com uma taxa de matrícula de 21% no Níger. Para os 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo — um grupo com 9% da população mundial — a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado.

O IDH sublinha outro tema central que aparece no *Relatório do Desenvolvimento Humano* desde o seu início. Em média, os indicadores de desenvolvimento humano tendem a subir e a des-

**Figura 1** Do rendimento ao IDH – uns têm melhores resultados que outros



cer com o rendimento. Essa descoberta não tem nada de surpreendente. Os rendimentos médios muito baixos e os níveis elevados de privação de rendimento contribuem para a falta de liberdades substantivas no mundo, tirando às pessoas a capacidade de conseguir uma nutrição adequada, de tratar as doenças ou de obter estudos. O IDH reflecte a associação positiva entre rendimento, por um lado, e saúde e educação, por outro: as pessoas nos países mais ricos tendem a ser mais saudáveis e a ter mais oportunidades educativas. Também chama a nossa atenção para o facto de alguns países serem muito melhores do que outros a converter a riqueza material em oportunidades de saúde e educação.

Alguns países têm um nível de IDH muito inferior ao seu nível de rendimentos, enquanto outros invertem esta relação. Por exemplo, o Vietname continua a ser muito pobre, mas tem um nível de IDH muito superior a inúmeros outros países com rendimentos per capita superiores. O Barém, pelo contrário, tem um rendimento médio quase duas vezes superior ao do Chile mas, não obstante o progresso recente, tem um nível de IDH inferior porque o seu desempenho é pior em termos da educação e da alfabetização. Na África Subsariana, a Tanzânia tem um rendimento médio de um terço do de Angola, mas um nível de IDH similar — um resultado que reflecte os elevados custos humanos do conflito em Angola (figura 1).

Os governos olham frequentemente para o IDH como um instrumento de avaliação do seu desempenho, por comparação com o dos países vizinhos. A competição pelo desenvolvimento humano é uma rivalidade saudável — mais saudável, poder-se-ia afirmar, do que a competição relacionada com o PIB. No entanto, tem havido uma certa tendência para os governos negligenciarem questões mais prementes, incluindo as razões subjacentes às grandes discrepâncias entre a posição nacional nas tabelas de rendimento global e no IDH. Em determinados casos, como na África Austral, estas discrepâncias prendem-se com problemas específicos (tais como o VIH/SIDA). Em muitos outros, podem ter a ver com fracassos da política doméstica de promover oportunidades de saúde e educação.

O IDH é uma medida menos eficaz do desempenho transversal dos diversos países no topo da tabela da liga. Uma taxa de matrículas no ensino e uma alfabetização quase universais, aliadas a limites superiores de esperança de vida (consultar *Nota técnica 1*), tornam o índice uma medida imperfeita de desempenho transversal aos diversos países. Mas mesmo a esse nível, realça algumas discrepâncias entre o rendimento e

o nível global do IDH. Por exemplo, os Estados Unidos, cujos cidadãos são, em média, os segundos mais ricos do mundo depois do Luxemburgo, estão seis lugares abaixo no seu nível de IDH do que no seu nível de rendimento. Uma razão para isso é que a esperança média de vida é de menos três anos do que na Suécia — um país com um rendimento médio um quarto inferior. Dentro do grupo de desenvolvimento humano elevado, o Chile e Cuba gozam de níveis de IDH muito superiores aos seus níveis de rendimento.

Como acontece com qualquer índice que agrupe dados transversais em diversas áreas de desempenho, o IDH está sujeito a ajustes constantes, à luz das mudanças nos sistemas de relatórios estatísticos. Em certos casos, essas mudanças podem afectar a classificação de um país, num sentido positivo ou negativo, independentemente do seu desempenho subjacente. O IDH deste ano demonstra o problema. Vários países viram os seus níveis de IDH cair, não devido a uma mudança subjacente ao desempenho, mas devido a uma mudança nos sistemas de relatórios para a educação. Por definição, os dados relativos à taxa de escolarização utilizados no IDH não devem incluir o ensino de adultos. No entanto, cerca de 32 países incluíam no passado a educação de adultos quando forneciam os dados das matrículas escolares para os relatórios. Este ano esses países mudaram o sistema de fornecimento de dados para os relatórios de forma a corrigir essa anomalia. Os novos conjuntos de dados estão agora mais uniformes e mais correctos. Mas a mudança teve um efeito adverso nos níveis de IDH de vários países, incluindo a Argentina, a Bélgica, o Brasil, o Paraguai, o Peru e o Reino Unido. Para o Brasil, o declínio no nível do IDH — de 63 para 69 — deve-se quase por completo às mudanças nos relatórios estatísticos e não à deterioração real no desempenho educativo. Resultados semelhantes podem ser observados para outros países do grupo.

### Tendências em termos de desenvolvimento humano — o IDH e outras

As tendências em termos de desenvolvimento humano contam uma história importante. Desde meados da década de 70 que quase todas as regiões têm estado a aumentar progressivamente a sua pontuação no IDH (figura 2). A Ásia Oriental e a Ásia do Sul aceleraram o progresso desde 1990. A Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), após um declínio catastrófico na primeira metade da década de 90, também recuperaram bastante e reconquistaram

o nível que tinham antes deste recuo. A principal exceção é a África Subsariana. Desde 1990 que estagnou, em parte devido a recuos económicos mas sobretudo devido ao efeito catastrófico do VIH/SIDA sobre a esperança de vida. Há dezoito países que actualmente têm um nível de IDH mais baixo do que em 1990 — a maioria deles na África Subsariana. Hoje, 28 dos 31 países com desenvolvimento humano baixo situam-se na África Subsariana. Isto vem sublinhar a extrema importância de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através de esforços nacionais e parcerias globais para ultrapassar a herança de grandes desvantagens que as pessoas enfrentam hoje em África.

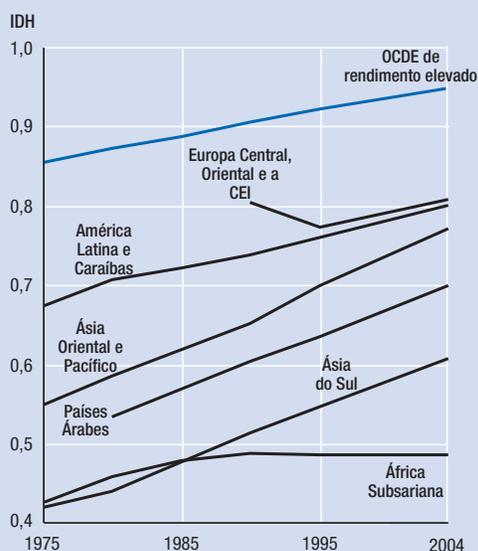
O progresso em termos de desenvolvimento humano é por vezes encarado como um sinal da convergência entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Em termos gerais, esta ideia está correcta: tem havido uma melhoria constante nos indicadores de desenvolvimento humano para o mundo em desenvolvimento ao longo de várias décadas. Mas a convergência está a ocorrer a ritmos muito diferentes em regiões diferentes — e de pontos de partida diferentes. As desigualdades em termos do desenvolvimento humano continuam grandes e, para um grande grupo de países, a divergência está na ordem do dia. Isto pode ser ilustrado fazendo referência a alguns dos indicadores centrais que estão na base do IDH.

### Esperança de vida

Ao longo das últimas três décadas, os países em desenvolvimento, considerados como um grupo, têm estado a convergir para os países desenvolvidos em termos da esperança de vida. A sua esperança média de vida à nascença aumentou nove anos, em comparação com os sete anos que aumentou nos países de rendimento alto (figura 3). A exceção é novamente a África Subsariana. Para a região como um todo, a esperança de vida hoje é inferior à de há três décadas atrás — e mesmo esta história de primeira página subvaloriza o problema. Vários países na África Austral sofreram recuos catastróficos: 20 anos no Botsuana, 16 na Suazilândia e 13 no Lesoto e na Zâmbia. Estes recuos demográficos são maiores do que o da França após a Primeira Guerra Mundial (consultar o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2005). Também houve um recuo no padrão de género da esperança de vida. Por toda a África Subsariana, as mulheres são as responsáveis por uma parcela crescente de infecções por VIH/SIDA — uma tendência que está a diminuir de forma dramática a esperança de vida das mulheres em relação à dos homens. A prevenção e o tratamento do VIH/SIDA continuam a estar entre as mais importantes condições para a continuação das tendências positivas em termos de desenvolvimento humano numa grande parte da região (caixa 1).

Figura 2

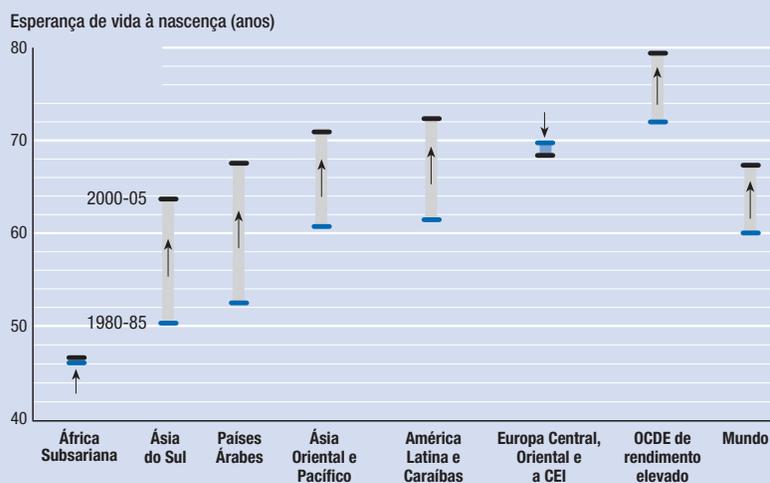
A tendência de desenvolvimento humano – para cima mas de forma irregular



Fonte: Calculado com base no quadro de indicadores 2.

Figura 3

As lacunas em termos de esperança de vida estão a diminuir — mas existem exceções



Fonte: ONU 2005b.

O VIH/SIDA fez recuar o desenvolvimento humano num vasto grupo de países. Mais de 39 milhões de pessoas estão infectadas com o VIH, o vírus que causa a SIDA, e 3 milhões de pessoas morreram desta doença apenas em 2005. O decréscimo da esperança de vida foi um dos impactos mais visíveis do VIH/SIDA no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Menos visível foi a feminização da doença e as consequências para a igualdade de género.

Na África Subariana, o epicentro da crise, as taxas de infecção têm estado a crescer muito mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (figura 1). As mulheres agora são responsáveis por 57% das infecções por VIH na região e as raparigas africanas (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) têm agora uma probabilidade três vezes superior à dos homens de ficarem infectadas.

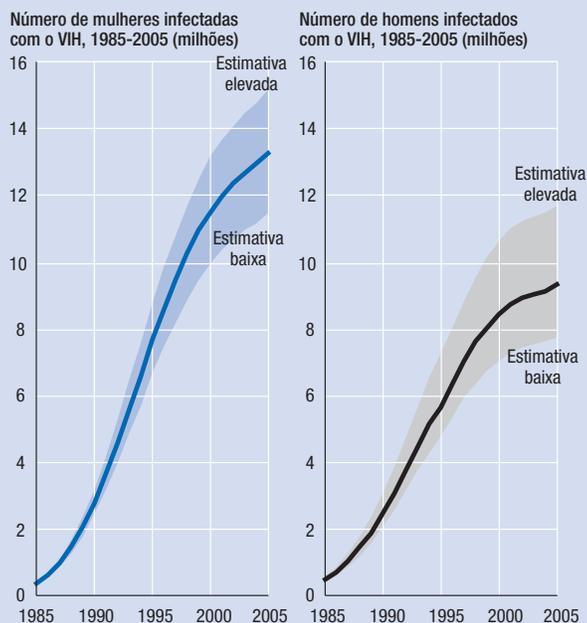
A pandemia está a dar forma à estrutura demográfica de muitos países africanos. As mulheres têm uma probabilidade maior de contrair a infecção — e é mais provável que morram da doença mais cedo. Na África Austral, isto está a inverter o padrão de esperança de vida para os homens e para as mulheres (figura 2). Pelas tendências actuais, a esperança média de vida no Botsuana, no Lesoto, na África do Sul e na Suazilândia será de menos dois anos para as mulheres do que para os homens em 2005-10, por comparação com mais 7 anos em 1990-95. Parte do enviesamento de género nas taxas de morte por VIH/SIDA pode prender-se com casamentos ou uniões sexuais que aumentam a exposição das mulheres e das raparigas ao risco por se realizarem quando estas ainda são muito jovens.

Ainda assim, os indícios dos 11 países estudados em detalhe pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA mostram um declínio em oito países na proporção de pessoas a ter relações sexuais antes dos 15 anos e um aumento do uso de preservativos. Os números relativos ao tratamento também estão no caminho certo: a utilização de medicamentos antiretrovirais na África Subariana passou de 100.000 pessoas em 2003 para 810.000 no final de 2005. Mas apenas cerca de uma pessoa em cada seis dos 4,7 milhões que precisavam de tratamento o estão a receber actualmente. E as taxas de cobertura variam bastante — de mais de 80% no Botsuana a 4% em Angola. A África do Sul, sozinha, é responsável por cerca de um quarto das pessoas que recebem tratamento.

O enviesamento de género também torna assimétricos a prevenção e o tratamento? As provas são mistas. As relações desiguais de poder podem criar desvantagens para as mulheres e para as raparigas em termos da prevenção, uma vez que têm menos controlo sobre a tomada de decisões. A desvantagem educativa também é um factor. Como a escola é um local importante para a educação sobre o VIH/SIDA, as disparidades de género em termos da frequência da escola também colocam as raparigas em desvantagem. As provas actuais não apontam para um enviesamento sistemático no tratamento. Na Etiópia e no Gana, as mulheres são responsáveis por uma proporção mais pequena de tratamento do que o previsto com base nas taxas de infecção, mas na África do Sul e na Tanzânia, elas são responsáveis por uma maior proporção.

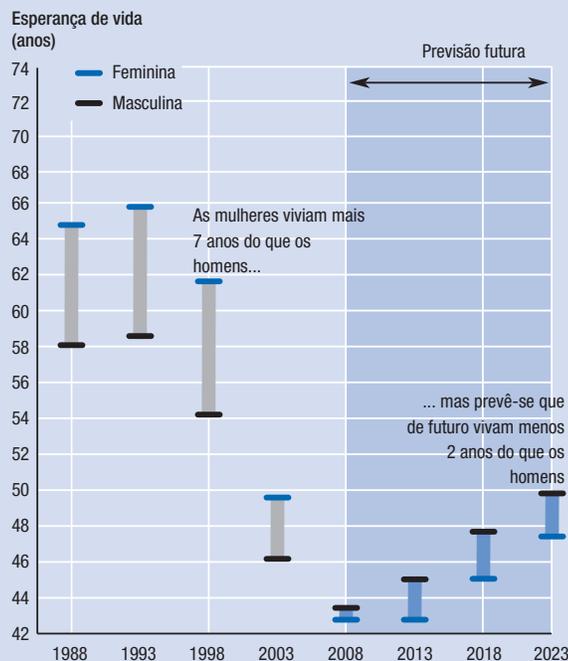
Tal como os homens, as mulheres na África Subariana sofrem do estigma, do medo, da fraca liderança e da participação política inadequada que tem atrasado o desenvolvimento de uma resposta eficaz para o VIH/SIDA em muitos países. Também têm a ganhar se se conseguirem alcançar o objectivo do Fundo Global da Luta contra a SIDA, a Malária e a Tuberculose de, até 2010, se fornecer tratamento antiretroviral a 10 milhões de pessoas a nível global. É muito importante que o compromisso assumido pelo Grupo dos Sete países líderes em termos industriais de fornecer, o mais próximo possível, acesso universal ao tratamento até 2010. Ao mesmo tempo, os governos nacionais deviam pôr o género e o ultrapassar das desigualdades de género no centro das estratégias de prevenção e tratamento.

**Figura 1 África Subariana — uma crise cada vez mais feminina**



Nota: Refere-se a adultos com 15 anos e mais.  
Fonte: ONUSIDA 2006.

**Figura 2 Esperança de vida — a grande inversão de género na África Austral**



Fonte: ONU 2005b.

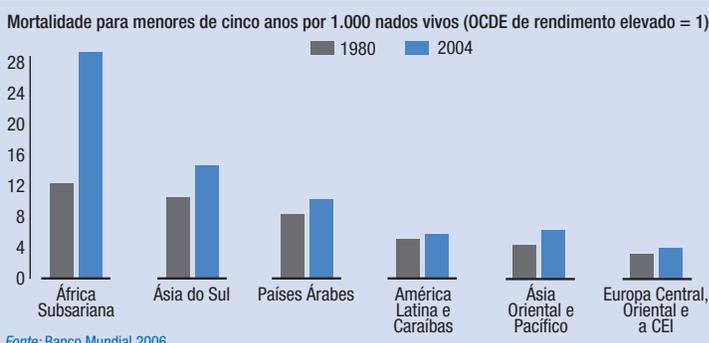
## Mortalidade infantil

As taxas de sobrevivência para as crianças estão entre os determinantes mais importantes do bem-estar humano. Também aqui existem algumas tendências encorajadoras. As taxas de mortalidade infantil estão a cair: houve menos 2,1 milhões de mortes em 2004 do que em 1990. As perspectivas de sobrevivência estão a melhorar em todas as regiões (figura 4). No entanto, os 10,8 milhões de mortes infantis em 2004 testemunham a desigualdade existente em relação à mais elementar de todas as oportunidades de vida — a oportunidade de permanecer vivo. Nascer na rua errada da aldeia global envolve um risco elevado em termos das perspectivas de sobrevivência.

Para as crianças na maior parte do mundo em desenvolvimento, o diferencial de risco está a aumentar. As taxas de mortalidade infantil em quase todas as regiões em desenvolvimento estão a aumentar quando expressas como um múltiplo da taxa nos países de rendimento elevado. Para além disso, o ritmo do progresso na redução da mortalidade infantil abrandou para um grande número de países. Se se tivesse mantido, desde essa altura, o ritmo de progresso registado na década de 80, em 2004 teria havido menos 1,5 milhões de mortes de crianças no mundo. O atraso na redução das taxas de mortalidade infantil tem implicações para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De acordo com as actuais tendências, a meta de reduzir em dois terços as taxas gerais de mortalidade até 2015 falhará em cerca de 4,4 milhões de mortes nesse ano. Apenas três países da África Subsariana estão no caminho certo para alcançar o objectivo.

Talvez melhor do que qualquer outro indicador, a mortalidade infantil demonstra que os aumentos de rendimento não são equivalentes a melhorias no desenvolvimento humano. Medido pela geração de rendimentos, a Índia é uma das histórias de sucesso da globalização: o PIB per capita cresceu em média 4% por ano desde 1990. Mas a taxa de tendência para reduzir a mortalidade infantil abrandou de 2,9% por ano na década de 80 para 2,2% desde 1990. Ao passo que a Índia teve um melhor desempenho do que o Bangladesh em termos de crescimento económico e de rendimento médio, o Bangladesh teve um melhor desempenho do que a Índia na redução das taxas de mortalidade infantil, mantendo uma taxa de declínio de 3,45% desde 1990. O contraste da sorte das crianças na Índia e no Bangladesh, quando avaliadas em termos das perspectivas de sobrevivência, aponta para os limites da riqueza como a métrica para medir o desenvolvimento humano.

Figura 4 Divergência global em termos das mortes de crianças



## Educação

O progresso em termos de educação é essencial para o desenvolvimento humano por si só e devido às ligações à saúde, à equidade e à legitimação. Também aqui o relatório de progresso se traduz por um copo meio vazio e meio cheio. Muito se conseguiu — mas continuam a existir grandes lacunas.

Os padrões de analfabetismo hoje em dia são um legado das lacunas do passado em termos de educação. Desde 1990, as taxas de alfabetização de adultos subiram de 75% para 82%, reduzindo em 100 milhões o número de pessoas analfabetas no mundo. Em termos de equidade de género tem havido menos progresso. As mulheres continuam a ser responsáveis por cerca de dois terços do analfabetismo entre os adultos — o mesmo que acontecia na década de 90. Os rácios líquidos de matrículas no ensino primário aumentaram por todo o mundo em desenvolvimento e a lacuna em termos de equidade de género nas matrículas está a diminuir em todas as regiões. Por comparação com estas boas notícias, as más notícias são que 115 milhões de crianças continuam fora da escola — e cerca de 62 milhões dessas crianças são raparigas.

As diferenças de matrículas no nível primário captam uma importante dimensão do progresso na educação, mas apenas uma dimensão. Numa economia global baseada no conhecimento, um ensino primário de qualidade é apenas o primeiro degrau numa escada e não um destino. Nesta perspectiva mais abrangente, as diferenças na distribuição das oportunidades globais de educação continuam a ser assustadoras. Em média, uma criança no Burquina Faso pode esperar ter menos de 4 anos de educação, em comparação com os mais de 15 anos na maior parte dos países de rendimento elevado. Estas profundas desigualdades existentes hoje em termos de educação são as diferenças de amanhã em termos

de rendimento e de saúde. Entre os desafios centrais a ser abordados:

- *A lacuna entre a matrícula e a conclusão.* Há quase uma criança em cada cinco, nos países em desenvolvimento, a abandonar a escola antes de terminar o ensino primário. Em certos casos, as elevadas taxas de matrícula disfarçam o progresso limitado em direcção à aquisição de alfabetização elementar e de competências de numeracia. Em países como o Chade, o Malawi e o Ruanda menos de 40% das crianças que se matriculam na escola terminam o ciclo de ensino primário.
- *Taxas reduzidas de transição para o ensino secundário e mais* (figura 5). Nos países ricos, mais de 80% das crianças que chegam ao final do ensino primário continuam a estudar no nível secundário mais baixo. Mais de metade vão para o ensino superior. A imagem é muito diferente na África Subsariana, onde menos de metade das crianças fazem a transição do ensino primário para o secundário. Existem 37 países com taxas líquidas de matrícula no ensino secundário inferiores a 40%, 26 dos quais na África Subsariana.
- *Níveis elevados de desigualdade de género no ensino pós-primário.* Ainda que as lacunas em termos de matrículas entre raparigas e rapazes estejam a diminuir, continuam a existir profundas disparidades nos níveis secundário e superior (figura 6). As disparidades reflectem uma discriminação sexual institucionalizada que deixa as mulheres em des-

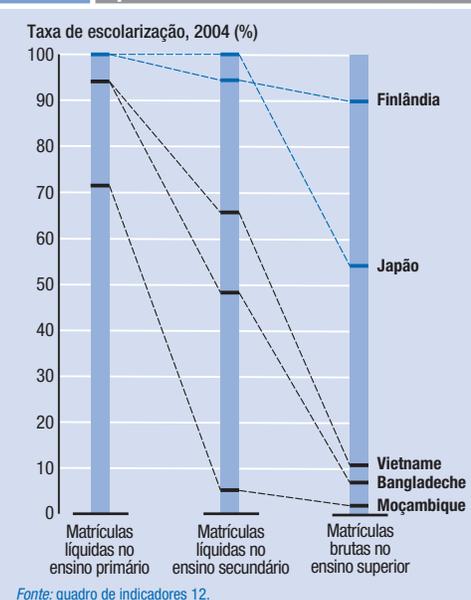
vantagem, ao restringir as suas escolhas e ao reduzir as suas oportunidades de rendimento e emprego. Devido às ligações entre ensino materno e a saúde infantil, a discriminação sexual também impede o progresso na redução da mortalidade infantil.

### Pobreza e distribuição de rendimento

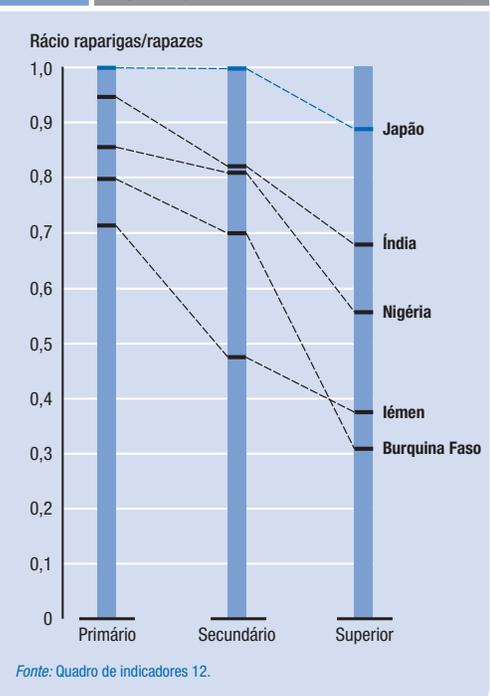
A pobreza de rendimento caiu em todas as regiões desde 1990, excepto na África Subsariana. A proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia desceu de 28% para 21%, deixando apenas um pouco mais de mil milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza. O elevado crescimento económico na China e na Índia tem sido o mais forte motor da redução da pobreza de rendimento. A África Subsariana é a única região que testemunhou um aumento tanto da incidência da pobreza como do número absoluto de pobres. Aí, cerca de 300 milhões de pessoas — quase metade da população da região — vivem com menos de 1 dólar por dia.

Ainda que o mundo como um todo esteja no caminho certo para alcançar a meta para 2015 de reduzir para metade a privação extrema de rendimento, a África Subsariana está no caminho errado, tal como muitos países noutras regiões. Os dados sobre o nível do país indicam que os objectivos para 2015 não serão alcançados por

**Figura 5** Do ensino primário à universidade — a lacuna crescente em termos de oportunidades



**Figura 6** A discriminação sexual acompanha as raparigas na educação em alguns países



uma diferença de cerca de 380 milhões de pessoas. Esses níveis tão elevados de pobreza numa economia global mais próspera reflectem as extremas disparidades em termos de riqueza e as pequenas proporções de rendimento mundial que os pobres captam:

- Os 20% mais pobres da população mundial, correspondendo em termos gerais à população que vive com menos de 1 dólar por dia, são responsáveis por 1,5% do rendimento mundial. Os 40% mais pobres, correspondentes ao nível do limiar de pobreza de 2 dólares por dia, são responsáveis por 5% do rendimento mundial.
- Nove em cada 10 pessoas nos países de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico estão nos 20% superiores da distribuição global de rendimento. Na outra ponta da escala, um em cada dois habitantes da África Subsariana está entre os 20% mais pobres — e a proporção de pessoas da região nos 20% inferiores mais do que duplicou desde 1980 (passando para 36% do total).
- O rendimento médio para o mundo em geral é de 5.533 dólares (PPC) — mas 80% do mundo vive com menos do que esta média. A desigualdade global é apanhada na profunda lacuna existente entre rendimentos médios e medianos (1.700 dólares em 2000).
- As 500 pessoas mais ricas do mundo têm um rendimento de mais de 100 mil milhões de dólares, sem tomar em consideração a riqueza de activos. Isso excede os rendimentos combinados dos 416 milhões mais pobres. A acumulação de riqueza no topo da distribuição de rendimento global tem sido mais impressionante do que a redução de pobreza na base. O *Relatório Mundial sobre Riqueza* de 2004, preparado por Merrill Lynch, avança que a riqueza de activos financeiros dos 7,7 milhões de «indivíduos de elevado valor líquido» atingiu os 28 biliões de dólares em 2003, com um crescimento previsto de 41 biliões de dólares até 2008.

A globalização deu origem a um longo debate acerca da direcção precisa e rigorosa das tendências em termos da distribuição global de rendimento. Do que por vezes se perde a noção é que existe uma enorme desigualdade — e que existe um potencial associado a uma maior igualdade para acelerar a redução da pobreza. Medida pelos termos de paridade de poder de compra de 2000, a lacuna existente entre os rendimentos dos 20% mais pobres da população mundial e os rendimentos de quem vive no limiar de pobreza de 1 dólar por dia chega a cerca de 300 mil

milhões de dólares. Esse número parece grande, mas é menos de 2% do rendimento dos 10% mais ricos do mundo. Alcançar uma maior equidade na distribuição mundial de rendimento através de estratégias de crescimento nacional inclusivas e amplas — apoiadas por acções internacionais, através de auxílios, da transferência de tecnologia e de comércio — é uma das chaves para colocar ao nosso alcance os objectivos definidos para 2015 em termos de privação de rendimentos.

## Desigualdade e desenvolvimento humano

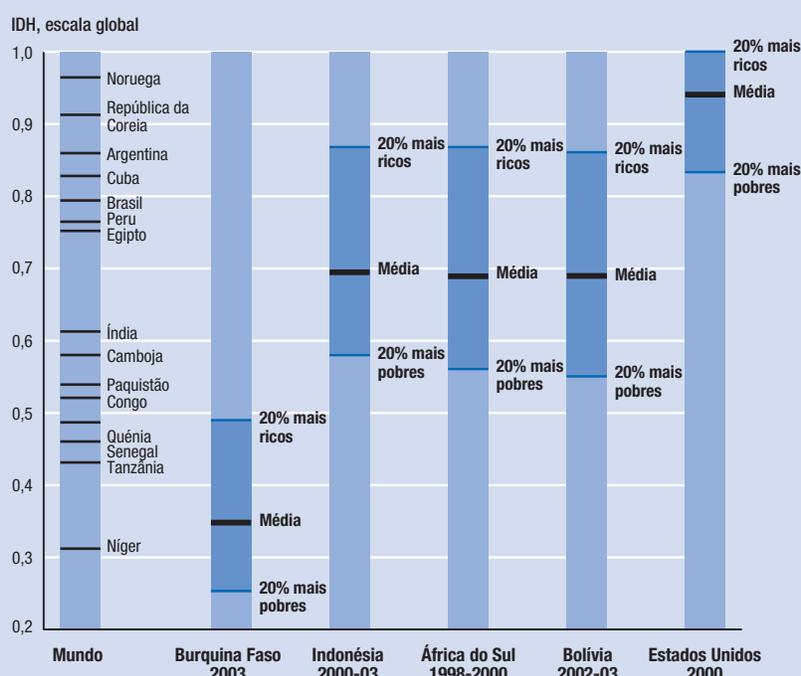
O IDH dá-nos uma imagem do desempenho nacional médio em termos do desenvolvimento humano. No entanto, as médias podem ocultar as grandes disparidades existentes nos países. As desigualdades que têm por base o rendimento, a riqueza, o género, a raça e outras formas de desvantagens herdadas, bem como a localização, podem tornar as médias nacionais um indicador de bem-estar humano ilusório.

Pode o IDH ser usado para captar as desigualdades de desenvolvimento humano dentro dos países? A pesquisa levada a cabo para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano abordou esta questão tentando desagregar os níveis de IDH por quintis de rendimento. O exercício abrangeu 13 países em desenvolvimento e dois países desenvolvidos — a Finlândia e os Estados Unidos — com suficientes dados disponíveis.

A construção das classificações do IDH para diferentes grupos de rendimento dentro dos países coloca desafios técnicos (consultar a *Nota técnica* 2). Os inquéritos padronizados de rendimento do agregado familiar e os Inquéritos Demográficos e de Saúde permitem gerar dados para o índice em diferentes pontos da distribuição de rendimentos. Mas os problemas existentes na disponibilidade dos dados e na sua comparabilidade tornam difícil construir índices que se possam comparar entre países diferentes. Um problema acrescido é que os dados necessários para a construção dos níveis de IDH por grupo de rendimento não estão disponíveis para muitos países de rendimento elevado. Apesar destes problemas, a construção de níveis de IDH passíveis de comparação internacional, com base em grupos nacionais de rendimento, tem o potencial de fornecer um poderoso instrumento para compreender as dimensões da privação de capacidade.

O IDH por grupos de rendimento aponta para desigualdades extremas no desenvolvimento humano (figura 7). Para o Burquina Faso, Ma-

**Figura 7** O mesmo país, um mundo diferente — um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento



Fonte: Grimm e outros 2006.

Madagascar e Zâmbia, o nível de IDH para os 20% mais ricos é cerca do dobro dos 20% mais pobres. As lacunas observadas na Bolívia, na Nicarágua e na África do Sul também são muito grandes. As disparidades de IDH por rendimento entre os ricos e os pobres nos países de rendimento elevado são menores, em parte porque os diferenciais de rendimento se traduzem de forma menos enfática em diferenças na esperança de vida e nos resultados do ensino básico. Ainda assim, os Estados Unidos exibem disparidades significativas no IDH por grupo de rendimento.

Para além das classificações domésticas, as comparações transversais entre países realçam a desigualdade de desenvolvimento humano:

- Os 20% das pessoas mais ricas da Bolívia têm uma classificação que os colocaria no grupo de desenvolvimento humano elevado, a par da Polónia, enquanto os 20% mais pobres se classificariam num nível comparável à média do Paquistão. Os dois grupos encontram-se separados por 97 lugares na classificação global do IDH. Para a Nicarágua, a lacuna no IDH entre os 20% mais ricos e mais pobres é de 87 lugares na liga global.
- Na África do Sul, os 20% mais ricos têm uma classificação no IDH 101 lugares acima dos 20% mais pobres.

- Na Indonésia, o desenvolvimento humano vai desde um nível comparável ao da República Checa para os 20% mais ricos até ao do Camboja para os 20% mais pobres.
- Enquanto os 20% mais ricos nos Estados Unidos (seguidos da Finlândia) se situariam no topo da lista de sucesso em termos do desenvolvimento humano, o quintil mais pobre nos Estados Unidos só conseguiria uma classificação de 50.

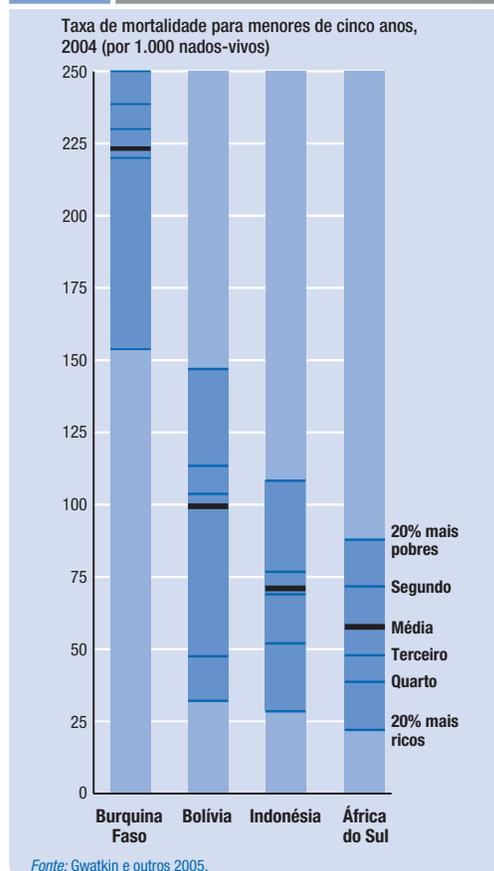
### Por trás das desigualdades do IDH — a mortalidade infantil e as desigualdades de educação

O IDH por grupos de rendimento fornece um indicador agregado de algumas dimensões importantes do bem-estar. Por detrás dele encontram-se algumas desigualdades muito profundas em termos das capacidades e das oportunidades de vida ligadas a desigualdades de rendimento. Estas desigualdades podem ser realçadas por referência aos dados dos inquéritos a agregados familiares para alguns dos países abrangidos pelo exercício de investigação.

As crianças que nasceram nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos em países como a Bolívia, a Indonésia e a África do Sul correm o risco de morrer antes do seu quinto aniversário, ou seja, um risco quatro vezes mais alto do que aquele das crianças que nasceram nos 20% mais ricos (figura 8). As taxas de conclusão da escola também variam, com desigualdades de género a interagir com disparidades que têm por base a riqueza. Também é muito menos provável que tanto as raparigas como os rapazes nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos no Burquina Faso terminem a escola em comparação com os seus colegas de rendimento elevado, embora a disparidade entre raparigas e rapazes seja igualmente marcante (figura 9). Estas grandes variações nas oportunidades de vida, com base em marcadores herdados para as vantagens e desvantagens apontam para a necessidade de políticas públicas que proporcionem escolhas e oportunidades iguais, ao alargar as liberdades substantivas.

Para além do imperativo moral de ultrapassar as disparidades extremas nestas áreas, as desigualdades têm implicações importantes para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Consideremos o objectivo de reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil. Os agregados familiares pobres, com taxas de mortalidade infantil que são tipicamente duas ou três vezes a média nacional, são responsáveis por uma parte desproporcional das mortes infantis totais. Na Nicarágua e no Peru, por exemplo, cerca de 40% das mortes infantis ocorrem nos 20% dos agregados familiares mais pobres. As

**Figura 8** Permanecer vivo — oportunidades ligadas à riqueza



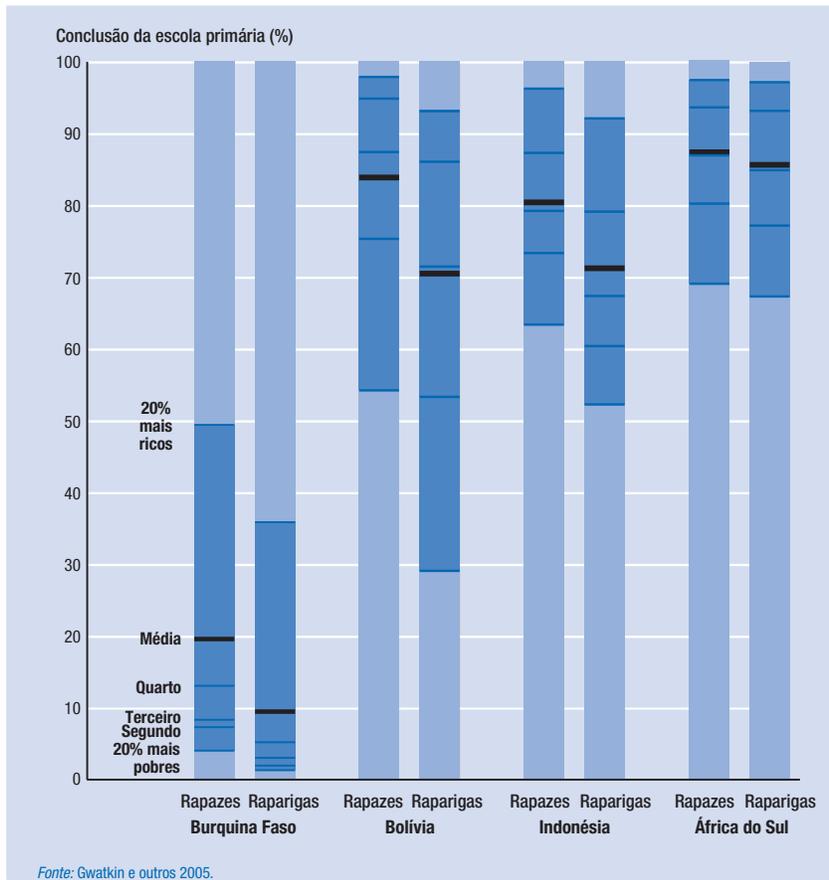
Fonte: Gwatkin e outros 2005.

políticas para reduzir as taxas de mortalidade entre os pobres podem acelerar o progresso em direcção à meta, embora na maior parte dos países as desigualdades em termos da mortalidade infantil estejam a aumentar: as taxas de mortalidade entre os pobres estão a cair em média menos de metade da taxa entre os ricos.

Olhando para além do rendimento doméstico, a desagregação do IDH pode captar as desigualdades em diversos níveis. Em muitos países, revela grandes diferenças entre as regiões. O Quênia tem um IDH que varia entre 0,75 em Nairobi (quase ao mesmo nível da Turquia) e os 0,29 em Turkana, uma região pastoril no norte do país (figura 10). Se Turkana fosse um país, afastar-se-ia da escala actual do IDH por uma margem considerável, reflectindo as secas recorrentes da região, o mau acesso à saúde e às infra-estruturas de água e as elevadas taxas de subnutrição.

As diferenças rural-urbano interagem com as disparidades regionais. Na China urbana, Xangai classificar-se-ia em 24º na liga global do IDH, mesmo acima da Grécia, enquanto a Província de Guizhou rural ficaria classificada a par do Botsuana (figura 11).

**Figura 9** As oportunidades de educação são moldadas pelo rendimento e pelo género



Fonte: Gwatkin e outros 2005.

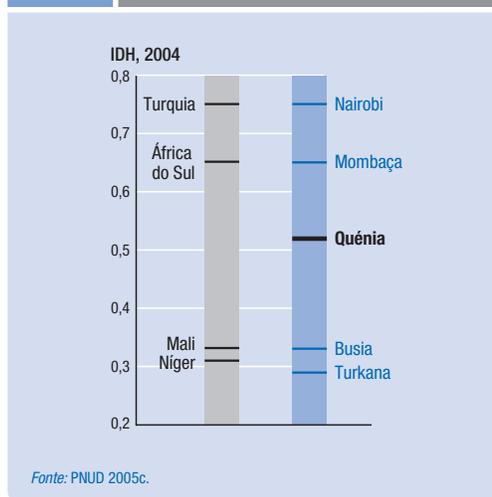
Para alguns países, o IDH revela profundas desigualdades que têm por base a pertença a um grupo. Um exemplo disso é a Guatemala, onde as oportunidades de desenvolvimento humano se encontram extremamente enviesadas contra os grupos indígenas. Os Q'eqchi têm uma classificação no IDH a par dos Camarões e 32 lugares abaixo da classificação para os ladinos (aproximadamente equivalentes à Indonésia) (figura 12).

### Desigualdade de rendimentos

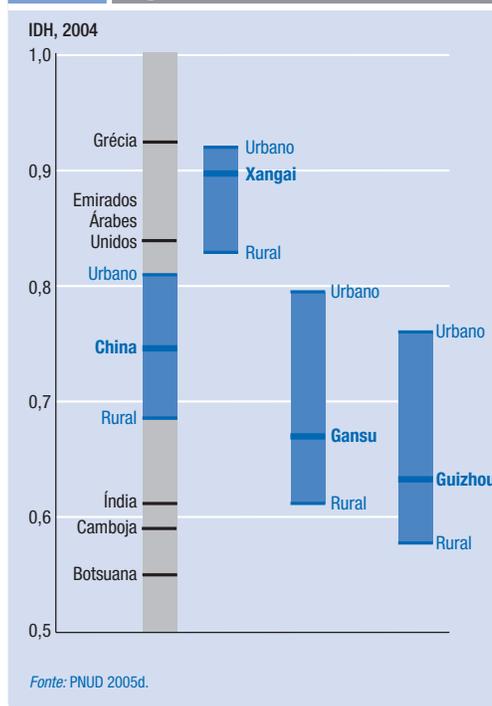
A desigualdade coloca questões importantes enraizadas nas ideias normativas acerca da justiça social e da justiça em todas as sociedades. Uma vez que os padrões de distribuição de rendimentos afectam directamente as oportunidades em termos de nutrição, saúde e educação, a desigualdade de rendimento também está intimamente relacionada com maiores desigualdades na capacidade e, em alguns casos, com privação absoluta.

As variações regionais em termos de desigualdade de rendimentos são grandes. O coeficiente Gini, uma medida da desigualdade gradu-

**Figura 10** Enormes desigualdades no desenvolvimento humano entre os distritos do Quênia



**Figura 11** As diferenças rural-urbano intensificam as disparidades regionais na China



ada numa escala de 0 (igualdade perfeita) a 100 (desigualdade perfeita), varia de 33 na Ásia do Sul a 57 na América Latina e a mais de 70 na África Subsaariana. Ainda que seja necessário cuidado nas comparações transversais das diversas regiões, estas diferenças regionais estão associadas a grandes variações nas proporções de rendimento dos 20% mais ricos e mais pobres. Tam-

bém reflectem a lacuna entre rendimento médio e rendimento mediano, que se torna maior com a desigualdade. Num país de profundas desigualdades como o México, o rendimento mediano é de apenas 51% do médio. Para o Vietname, onde a distribuição de rendimento é mais justa, o mediano sobe até 77% do médio.

Porque motivo é que a distribuição de rendimentos importa para a redução da pobreza? De forma mecânica, a taxa de redução da privação de rendimento num país é função de duas coisas: da taxa de crescimento económico e da proporção de qualquer aumento no crescimento conseguido pelos pobres. Mantendo-se tudo o resto igual, quanto maior for a proporção de rendimento conseguida pelos pobres, mais eficiente é o país na conversão do crescimento em redução da pobreza. Mantendo constantes os padrões de distribuição de rendimentos e projectando as actuais taxas de crescimento para o futuro, demoraria três décadas para o agregado familiar mediano em termos de pobreza atravessar o limiar de pobreza no México. Duplicar a parte dos pobres no futuro crescimento de rendimento reduziria este horizonte temporal para metade. Para o Quênia, o horizonte temporal seria reduzido em 17 anos, de 2030 para 2013 — uma transição que faria com que o país ficasse a uma distância que lhe permitiria atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que de outra forma não conseguiria alcançar — reduzir para metade a privação de rendimento.

Como os exemplos mostram, a distribuição importa porque afecta a taxa em que o crescimento económico se converte em redução da pobreza (a elasticidade do crescimento da pobreza). Assim, cada aumento de 1% no crescimento reduz a pobreza em cerca de 1,5% no Vietname — duas vezes os 0,75% do México. A boa notícia é que a desigualdade extrema não é um facto da vida que não se possa alterar. Ao longo dos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países do mundo onde existem mais desigualdades, combinou um forte desempenho económico com um declínio na desigualdade de rendimentos (segundo fontes nacionais, o índice de Gini desceu de 56 em 2001 para 54 em 2004) e na pobreza. O crescimento económico criou emprego e aumentou os salários reais. E um vasto programa de bem-estar social — a Bolsa Família — fez transferências financeiras para 7 milhões de famílias que vivem em pobreza extrema ou moderada para apoiar a nutrição, a saúde e a educação, criando benefícios hoje e activos para o futuro.<sup>4</sup>

A distribuição de rendimentos não é apenas uma questão para os países em desenvolvimento. Conforme realça o IDH por quintis de

rendimento para os Estados Unidos, também é importante em alguns dos países mais ricos do mundo. Ao longo do último quarto de século, a lacuna existente entre a base da distribuição de rendimentos dos Estados Unidos e o meio e topo aumentou de forma dramática. Entre 1980 e 2004, o rendimento dos 1% dos agregados familiares mais ricos (rendimentos médios de mais de 721.000 dólares em 2004) subiu 135%. Ao longo do mesmo período, os salários reais da manufatura desceram 1%. A proporção de rendimento nacional dos 1% mais ricos duplicou para 16% ao longo do mesmo período. Por outras palavras, os frutos dos ganhos de produtividade que conduziram o crescimento nos Estados Unidos foram fortemente enviesados para as partes mais ricas da sociedade.

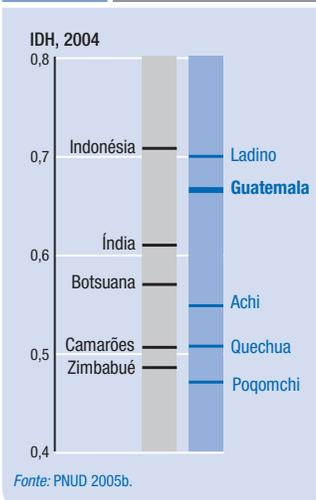
A desigualdade crescente restringe as oportunidades? Uma forma de abordar esta questão consiste em medir a influência do poder económico dos pais sobre os futuros ganhos dos seus filhos. Em países com desigualdade reduzida — como a Dinamarca e a Noruega — os rendimentos dos pais explicam cerca de 20% dos ganhos dos filhos. Para os Estados Unidos — e para o Reino Unido — esse número sobe para mais de 50%.

Dentro de qualquer país, os níveis elevados de desigualdade de rendimentos e de oportunidades representam um constrangimento ao desenvolvimento humano. Para além das implicações adversas que têm para o dinamismo económico, crescimento e coesão social, limitam a conversão do crescimento em desenvolvimento humano. O mesmo se aplica a nível global, onde as divisões cada vez mais visíveis que separam os ricos dos pobres se tornaram um ponto central de descontentamento. Um dos principais desafios em termos de desenvolvimento humano nas décadas à nossa frente consiste em diminuir a tolerância pelas desigualdades extremas que caracterizaram a globalização desde o início da década de 90 e em garantir que a maré cheia da prosperidade se estenda a muitos e não apenas a uns quantos privilegiados.

## Notas

- 1 Aristóteles, *Nicomachean Ethics*, Livro 1, Capítulo 5.
- 2 Sen 1999, p.3.
- 3 Kennedy 1962, p. 626.
- 4 IBGE 2005.

**Figura 12** Grandes diferenças étnicas no IDH da Guatemala



## Guia do leitor e notas relativas aos quadros

Os quadros de indicadores do desenvolvimento humano oferecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano. Os principais quadros estão organizados de forma temática, tal como indicado pelos cabeçalhos no topo de cada quadro. Os quadros disponibilizam dados referentes a 175 países membros da ONU — aqueles para os quais foi possível calcular o índice de desenvolvimento humano (IDH) — em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados, não foi possível calcular o IDH dos restantes 17 países membros da ONU. Os indicadores básicos de desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

Nos quadros, os países e áreas são classificados pelo valor do seu IDH. Para localizar um país nestes quadros, consulte a *Chave de países* na contracapa, que apresenta os países por ordem alfabética com a sua respectiva posição no IDH. A maioria dos dados dos quadros refere-se a 2004 e constituem aqueles que foram disponibilizados ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano até 1 de Agosto de 2006, salvo indicação em contrário.

### Fontes e definições

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é principalmente um utilizador, e não um produtor, de estatísticas. Conta com as agências internacionais de dados que têm os recursos e o conhecimento necessários para recolher e compilar dados sobre indicadores estatísticos específicos. As fontes de todos os dados utilizados na compilação dos quadros de indicadores são apresentadas em curtas notas no final de cada quadro. Estas correspondem às referências completas apresentadas nas *Referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que recolheu junto de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseia no trabalho de uma série de outras fontes, apenas ela é mencionada como fonte. As notas sobre as fontes também apresentam as componentes dos dados originais utilizadas em quaisquer dos cál-

culos efectuados pelo Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, de forma a garantir que todos os cálculos possam ser facilmente reproduzidos. Os indicadores relativamente aos quais possam ser fornecidas definições curtas e significativas estão incluídos na secção *Definições de termos estatísticos*. Outras informações relevantes surgem nas notas no final de cada quadro. Para informações técnicas mais pormenorizadas sobre estes indicadores, consulte os sites relevantes das agências que forneceram dados no site do *Relatório do Desenvolvimento Humano* em <http://hdr.undp.org/statistics/>.

### Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

Quando recolhem séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados aplicam frequentemente normas e procedimentos de harmonização internacionais de forma a melhorar a comparabilidade entre países. Quando os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode surgir a necessidade de ajustar os dados nacionais. Quando não existem dados para um país, uma agência internacional pode elaborar uma estimativa, caso possa ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências de dados nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem revelado estas discrepâncias com frequência. Quando surgiram discrepâncias de dados, o Gabinete ajudou a articular as autoridades de dados nacionais e internacionais para estas poderem resolver estas discrepâncias. Em muitos casos, tal conduziu à optimização das estatísticas do Relatório. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano defende a melhoria dos dados internacionais, tem um papel activo no apoio aos esforços para melhorar a qualidade dos dados e trabalha com agências nacionais e organismos internacionais para

melhorar a consistência dos dados através de uma maior sistematização da notificação e monitorização dos dados.

## Comparabilidade no tempo

As estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis, devido a revisões dos dados ou a mudanças na metodologia. Por esta razão, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha firmemente a análise de tendências com base em dados de diferentes edições. De igual modo, os valores e classificações do IDH não são comparáveis entre diferentes edições do Relatório. Para uma análise das tendências do IDH baseada em dados e metodologia consistentes, consulte o quadro 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano).

## Classificações de países

Os países são classificados de quatro formas: por nível de desenvolvimento humano, por rendimento, por principais agregados mundiais e por região (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem necessariamente um julgamento sobre a fase de desenvolvimento de um dado país ou área. O termo *país*, tal como utilizado no texto e nos quadros, refere-se, conforme aplicável, a territórios ou áreas.

### Classificações de desenvolvimento humano

Todos os países incluídos no IDH são classificados num dos três grupos atendendo aos seus progressos no desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500).

### Classificações de rendimento

Todos os países são agrupados por rendimento, de acordo com as classificações do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 10.066 dólares em 2004), rendimento médio (entre 826 e 10.065 dólares) e rendimento baixo (825 dólares ou menos).

### Principais classificações mundiais

Os três grupos globais são os *países em desenvolvimento*, *Europa Central e Oriental* e a *CEI (Comunidade de Estados Independentes)* e *OCDE (Or-*

*ganização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico)*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. (A substituição do grupo da OCDE pelo grupo de rendimento elevado da OCDE e a exclusão da República da Coreia dariam lugar a grupos mutuamente exclusivos.) Salvo indicação em contrário, a classificação *mundo* representa o universo dos 194 países e áreas cobertos — 192 países membros da ONU em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

### Classificações regionais

Os países em desenvolvimento são ainda classificados nas regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Delegações Regionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Existe uma classificação adicional, a de *países menos desenvolvidos*, tal como definida pela ONU (ONU-OHRLLS 2006).

## Agregados e taxas de crescimento

### Agregados

Os agregados das classificações acima descritas são apresentados no final dos quadros sempre que se trate de uma informação significativa do ponto de vista analítico e caso se disponha de dados suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como no caso da população) são indicados por um *T*. Todos os outros agregados constituem médias ponderadas.

Em geral, apresenta-se um agregado de um agrupamento de países apenas quando há disponibilidade de dados relativamente a metade dos países e quando estes representam pelo menos dois terços do peso disponível naquela classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados em falta para efeitos de agregação. Consequentemente, salvo indicação em contrário, os agregados de cada classificação representam apenas os países para os quais existem dados disponíveis, correspondem ao ano ou período especificado e dizem respeito somente aos dados das principais fontes enumeradas. Não são apresentados agregados em caso de indisponibilidade de procedimentos adequados de ponderação.

Os agregados dos índices, taxas de crescimento e indicadores correspondentes a mais de um ponto no tempo baseiam-se apenas em países para os quais existem dados disponíveis para todos os pontos necessários no tempo. Quando não se apresenta um agregado para uma ou mais regiões, nem sempre se

apresentam os agregados da classificação *mundial*, que respeita apenas ao universo dos 194 países e áreas.

Os agregados que constam deste Relatório nem sempre correspondem aos que são indicados noutras publicações devido a diferenças nas classificações de países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pelo organismo de estatística que forneceu os dados do indicador.

### Taxas de crescimento

As taxas de crescimento plurianuais são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas de crescimento, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza somente os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

### Notas sobre países

Salvo indicação em contrário, os dados relativos à China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau ou Taiwan (Província da China). Na maioria dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Alemanha dizem respeito à Alemanha unificada, salvo indicação em contrário. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999, salvo indicação em contrário. Os dados da Jordânia dizem respeito apenas à Cisjordânia. Os dados económicos da Tanzânia contemplam apenas o território continental. Os dados do Sudão baseiam-se frequentemente em informações recolhidas na região norte do país. Enquanto a Sérvia e o Montenegro se tornaram dois Estados independentes em Junho de 2006, os quadros dos indicadores fornecem geralmente dados apenas para o país Sérvia e Montenegro, uma vez que os dados desagregados ainda não estavam disponíveis aquando da impressão. Quaisquer dados da República do Iémen dizem respeito a este país a partir de 1990, ao passo que os dados de anos anteriores dizem respeito a dados acumulados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

### Símbolos

Na ausência das expressões *anual*, *taxa anual* ou *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, como em 1995-2000, indica que os dados foram recolhidos durante um dos anos desse período. Uma barra entre dois anos, como em 1998/2001, indica uma média para os anos apresentados salvo indicação em contrário. São utilizados os seguintes símbolos:

- .. Dados não disponíveis.
- (.) Maior (ou menor) do que zero, mas pequeno o suficiente para que o número ronde zero no número visível de casas decimais.
- < Menor que.
- Não aplicável.
- T Total.

### Quadro 1: sobre o índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um índice composto que mede as realizações médias num país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo produto interno bruto (PIB) per capita em PPC (paridade do poder de compra) em dólares. O índice é construído com base em indicadores disponíveis a nível mundial através de uma metodologia simples e transparente (ver *Nota Técnica 1*).

Se o conceito de desenvolvimento humano é muito mais vasto do que qualquer resultado que um índice composto possa oferecer, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento enquanto medida sumária do bem-estar humano. Oferece um ponto de partida útil para a riqueza de informação sobre os diversos aspectos do desenvolvimento humano que consta dos quadros de indicadores subsequentes.

### A disponibilidade dos dados determina a cobertura dos países no IDH

O IDH deste Relatório diz respeito a 2004. Cobre 175 países membros da ONU, em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados comparáveis, não foi possível incluir 17 países membros da ONU no IDH deste ano. Os indicadores básicos do desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

De forma a permitir comparações transversais entre países, o IDH é calculado, na medida do possível, com base em dados das principais agências de dados internacionais disponíveis no momento em que o Relatório foi preparado (ver abaixo *Principais fontes de dados internacionais*). Mas estas agências não dispõem de dados relativos a alguns países no que toca a uma ou mais das quatro componentes do IDH.

Em resposta ao desejo expressado pelos países de serem incluídos no quadro do IDH, e em conformi-

dade com o objectivo de incluir o máximo possível de países membros da ONU, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano levou a cabo diligências especiais para obter estimativas de outras fontes internacionais, regionais ou nacionais quando as principais agências internacionais não dispõem de dados relativos a uma ou duas componentes do IDH de um país. Foram poucos os casos em que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano elaborou estimativas. Estas estimativas de outras fontes que não as principais agências internacionais encontram-se claramente documentadas nas notas de rodapé do quadro 1. A sua qualidade e fiabilidade é variável, pelo que não são contempladas noutros quadros de indicadores que apresentam dados semelhantes.

### Principais fontes de dados internacionais

*Esperança de vida à nascença.* As estimativas da esperança de vida à nascença são provenientes do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005b), a fonte oficial de estimativas e projecções sobre a população da ONU. São preparadas bianualmente pela Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas recorrendo a dados de sistemas de estatísticas vitais, censos da população e inquéritos nacionais.

Na *2004 Revision*, a Divisão da População das Nações Unidas incorporou dados nacionais que lhe foram disponibilizados até ao final de 2004. Para avaliar o impacto do VIH/SIDA, aliaram-se as últimas estimativas sobre a prevalência do VIH disponíveis na altura, preparadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, a uma série de pressupostos sobre tendências demográficas e mortalidade, tanto da população infectada como não infectada de cada um dos 60 países nos quais o impacto da doença foi explicitamente formulado.

Estas estimativas da esperança de vida são publicadas pela Divisão da População das Nações Unidas com intervalos de cinco anos como ponto de referência. As estimativas para 2004 apresentadas no quadro 1 e as que estão subjacentes ao quadro 2 são interpolações anuais baseadas nestes dados de cinco anos (ONU 2005a). Para pormenores sobre o *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005h), ver [www.un.org/esa/population/unpop.htm](http://www.un.org/esa/population/unpop.htm).

*Taxa de alfabetização de adultos.* Os dados sobre a alfabetização de adultos resultam de censos nacionais da população ou inquéritos às famílias. Este Relatório recorre a estimativas nacionais sobre a alfabetização de adultos da Avaliação de Abril de 2006 do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (Instituto de Estatística da UNESCO 2006c) e a estimativas UIS do Instituto de Estatística da UNESCO (2003). As estimativas nacionais, disponibilizadas através de esforços concertados do UIS para recolher dados recentes sobre a alfabetização dos países, são obtidas através de censos nacionais ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005 (à excepção de alguns casos que dizem respeito ao período de 1995-1999). As estimativas do UIS, realizadas em Julho de 2002, basearam-se maioritariamente em dados nacionais recolhidos antes de 1995. Para pormenores sobre estas estimativas de alfabetização, ver [www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org).

Muitos países de elevado rendimento, tendo atingido altos níveis de alfabetização, deixaram de compilar estatísticas sobre alfabetização, pelo que não foram incluídos nos dados do UIS. Para o cálculo do IDH, aplicou-se a estes países uma taxa de alfabetização de 99,0%.

Quando recolhem dados sobre alfabetização, muitos países estimam o número de pessoas alfabetizadas com base em dados fornecidos pelos próprios. Outros recorrem a informações sobre habilitações literárias como medida de substituição, mas os dados sobre frequência escolar ou conclusão de graus de ensino podem divergir. Como as definições e métodos de recolha de dados variam de país para país, as estimativas de alfabetização devem ser analisadas com precaução.

O UIS, em colaboração com agências parceiras, está activamente empenhado na implementação de uma metodologia alternativa de medição da alfabetização, o Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (LAMP, na sigla em inglês). O LAMP procura ir além das simples categorias de alfabetizado e analfabeto através do fornecimento contínuo de informação sobre competências de alfabetização.

*Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior.* As taxas de escolarização bruta são calculadas pelo UIS com base em dados sobre matrículas compilados pelos governos nacionais (normalmente a partir de fontes administrativas) e em dados da população do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005), da Divisão da População das Nações Unidas. Os rácios são calculados através da divisão do número de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino (excluindo o ensino de adultos) pela população total dos grupos etários oficiais para aqueles níveis. O grupo etário do ensino superior é fixado nas cinco coortes imediatamente seguintes ao fim do último ciclo do ensino secundário em todos os países.

Embora se pretenda que funcione como uma medida de substituição das habilitações literárias, as

taxas de escolarização bruta combinada não refletem a qualidade dos resultados educativos. Mesmo quando usadas para captar acesso a oportunidades de educação, as taxas de escolarização bruta combinada podem ocultar importantes discrepâncias entre países devido a diferenças na faixa etária correspondente a um nível de educação e na duração dos programas educativos. As taxas de repetência e abandono escolar também podem distorcer os dados. Medidas como os anos médios de escolaridade de uma população ou a esperança de vida escolar poderiam representar de forma mais adequada as habilitações literárias e, idealmente, deveriam substituir a taxa de escolarização bruta no IDH. No entanto, este tipo de dados ainda não se encontra disponível com regularidade num número suficiente de países.

Tal como está actualmente definida, a taxa de escolarização bruta combinada não contempla os estudantes matriculados noutros países. Os dados actuais referentes a muitos países de pequena dimensão, onde é comum prosseguir o ensino superior no estrangeiro, poderão estar a subrepresentar significativamente o acesso à educação ou as habilitações literárias de uma determinada população, produzindo assim um valor inferior no IDH.

Em edições anteriores, os dados relativos a alguns países incluíam o ensino de adultos, contrariamente à definição preferida do indicador de escolarização. Os dados contidos no Relatório deste ano excluem o ensino de adultos para estes países, fazendo com que os seus dados estejam conformes à definição padrão. Como resultado, as taxas de escolarização e os valores do IDH para estes países são mais baixas do que se o ensino de adultos tivesse sido incluído.

*PIB per capita (PPC em USD).* Na comparação dos padrões de vida entre países, as estatísticas económicas têm que ser convertidas para termos de paridade do poder de compra (PPC) de forma a eliminar diferenças nos níveis de preços nacionais. O IDH contempla dados do PIB per capita (PPC em USD) de 164 países, fornecidos pelo Banco Mundial, com base em dados de preços dos últimos inquéritos do Programa de Comparação Internacional (PCI) e no PIB em moeda local, segundo dados das contas nacionais. A última ronda de inquéritos PCI cobriu 118 países. As PPC para estes países são estimadas directamente, por extrapolação dos últimos resultados de referência. Para países não incluídos nos inquéritos PCI, foram efectuadas estimativas através de regressões econométricas. Para países não cobertos pelo Banco Mundial, foram utilizadas estimativas da PPC fornecidas pela *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia (Heston, Summers e Aten 2001, 2002).

Embora as últimas décadas tenham testemunhado um significativo progresso, o conjunto de dados actuais da PPC apresenta várias deficiências, como a ausência de cobertura universal, de actualidade dos dados e de uniformidade na qualidade dos resultados de diferentes regiões e países. A importância das PPC na análise económica reforça a necessidade de melhoria dos dados PPC. Foi criada uma nova Ronda do Milénio do PCI que promete dados PPC bastante mais fiáveis para a análise da política económica, incluindo a avaliação internacional da pobreza. Para pormenores sobre o PCI e a metodologia PPC, consultar o site do PCI em [www.worldbank.org/data/icp](http://www.worldbank.org/data/icp).

### Comparações no tempo e entre edições do Relatório

O IDH é uma importante ferramenta para monitorizar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar a análise de tendências entre países, o IDH é calculado em intervalos de cinco anos para o período de 1975-2004. Estas estimativas, apresentadas no quadro 2, baseiam-se numa metodologia consistente e em dados de tendências comparáveis, disponíveis quando o Relatório é preparado.

Como as agências internacionais de dados aperfeiçoam constantemente as suas séries de dados, inclusivamente através da actualização periódica de dados históricos, as variações anuais nos valores e classificações do IDH ao longo das edições do *Relatório do Desenvolvimento Humano* reflectem frequentemente revisões dos dados — tanto relativos a um país específico como a outros países — e não mudanças reais num país. Por outro lado, mudanças ocasionais na cobertura de países poderão também afectar a classificação de um país no IDH, mesmo quando é utilizada metodologia consistente para calcular o IDH. Como resultado, a classificação de um país no IDH pode baixar consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos. Mas quando se utilizam dados comparáveis e revistos para reconstruir o IDH dos últimos anos, a classificação e o valor do IDH podem efectivamente apresentar melhorias.

É por todas estas razões que a análise de tendências do IDH não deve ser baseada em dados de diferentes edições do Relatório. O quadro 2 oferece dados actualizados de tendências do IDH baseados em dados e metodologias consistentes. Para consultar valores e classificações do IDH recalculados para 2003 (o ano de referência do IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*), com base nas fontes de dados utilizadas para o IDH do Relatório deste ano, aceda a <http://hdr.undp.org/statistics>.

## IDH para países com desenvolvimento humano elevado

O IDH neste Relatório foi construído de forma a comparar o progresso dos países em todos os níveis do desenvolvimento humano. Assim, os indicadores escolhidos não são necessariamente aqueles que oferecem uma melhor diferenciação entre países ricos. Os indicadores actualmente utilizados no índice produzem diferenças muito pequenas entre os países melhor classificados no IDH, pelo que o topo da classificação do IDH reflecte frequentemente apenas diferenças mínimas nestes indicadores subjacentes. Para estes países de elevado rendimento, um índice alternativo – o índice de pobreza humana (apresentado no quadro 4) – reflecte melhor a extensão da privação humana que ainda persiste nas populações destes países e ajuda a orientar o enfoque das políticas públicas.

Para mais informações sobre a utilização e as limitações do IDH e dos indicadores que o compõem, ver <http://hdr.undp.org/statistics>.

## Quadros 24 e 25: passagem em revista do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género e da Medida de Participação segundo o Género

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* apresentou, pela primeira vez, o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG) e a Medida de Participação segundo o Género (MPG) em 1995. Estas medidas têm sido utilizadas desde então como ferramentas de intervenção e de monitorização em análises e debates políticos subordinados ao tema do desenvolvimento humano ajustado ao género. Assinalando o décimo aniversário do IDG e da MPG, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano lançou uma avaliação dos índices para identificar as áreas susceptíveis de melhoria e ponderar outros instrumentos alternativos de medida por forma a examinar a igualdade de género como um aspecto chave do desenvolvimento humano. Esta parte do relatório pretende fazer um resumo das principais conclusões deste projecto e sublinhar as possíveis alterações a introduzir nos índices. As comunicações elaboradas para este projecto, bem como os resultados de um *workshop* organizado para as debater, foram publicados numa edição especial do *Journal of Human Development*.<sup>1</sup>

## O IDG tem sido (mal) interpretado

A reavaliação concluiu que os índices têm sido frequentemente mal interpretados, especialmente o IDG. O IDG não pretende medir a *desigualdade*

*de género*. Pelo contrário, trata-se de um método de medição do *desenvolvimento humano* que ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de forma a penalizar as disparidades existentes entre homens e mulheres, nas três dimensões contempladas no IDH: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno (medido em função do rendimento auferido estimado) (ver *Nota técnica 1*).

A fórmula de cálculo do IDG implica que o mesmo irá registar sempre um valor inferior ao do IDH. Mas um valor de IDG baixo pode ser resultante de disparidades a nível do grau de realizações alcançadas por mulheres e homens, assim como de uma média de realizações baixa, em qualquer das dimensões consideradas no índice, ainda que o nível de igualdade de género seja elevado. Pelo contrário, um país pode apresentar um valor de IDG relativamente alto, ainda que se registem grandes desigualdades entre homens e mulheres, desde que o seu nível de *desenvolvimento humano* seja elevado. A forma correcta de se obter uma medida de *desigualdade de género* é comparar o IDG com o IDH, utilizando como indicador para tal, quer a diferença quer o rácio entre os dois, em vez de se utilizar apenas o IDG.

As diferenças entre o IDG e o IDH tendem a ser pequenas na generalidade dos casos. O IDG é, em média, 0,6% inferior ao IDH. Isto poderá transmitir-nos a ideia, altamente enganadora, de que as disparidades de género são completamente irrelevantes para o *desenvolvimento humano*. O problema reside no facto de as disparidades de género apuradas nas três dimensões em análise serem geralmente pequenas — e mais reduzidas ainda por oposição à fórmula de desigualdade utilizada no cálculo do IDG. Pela mesma razão, grandes desigualdades associadas ao salário e às promoções no emprego, bem como ao grau de educação, não são detectadas no IDG.

## MPG — uma medida de níveis de actividade

A MPG foi introduzida com o objectivo de medir a capacidade de participação activa na vida política e económica por parte de mulheres e homens, bem como o seu controlo sobre os recursos económicos.

Ao contrário do IDG, que se ocupa do bem-estar, a MPG concentra-se na vida activa. A medida nesta área engloba três dimensões: participação política e intervenção na tomada de decisão, participação económica e participação na tomada de decisão, e poder sobre os recursos económicos. O cálculo da MPG, cuja explicação também poderá encontrar na *Nota técnica 1*, reflecte o do IDG. As duas primeiras componentes são calculadas a partir dos rácios de participação feminina para masculina, a que é apli-

cada uma penalização por aversão à desigualdade. A componente do rendimento auferido incorpora, por outro lado, a desigualdade ajustada aos níveis de rendimentos.

Isto tem implicações na interpretação do índice. Um país pobre não pode alcançar um valor de MPG elevado, ainda que o rendimento auferido seja equitativamente distribuído. Pelo contrário, um país rico pode estar bem posicionado em termos de MPG, quer porque a disparidade de género nas três dimensões é pequena, quer porque se trata de um país rico (o que por sua vez faz subir o seu valor MPG devido à componente dos rendimentos).

### Questões levantadas na reavaliação do IDG e da MPG

A reavaliação do IDG e da MPG aborda um vasto leque de questões analíticas e metodológicas. Entre os aspectos chave relativos à medição e as propostas de soluções incluem-se:

- *Melhorar a apresentação e explicação do IDG e da MPG.* Compreensão dos problemas conceptuais e empíricos identificados aqui ajudarão os leitores a fazer melhor uso dos dois índices. O IDG e a MPG continuarão a ser objecto de aperfeiçoamento e clarificação em futuros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*.
- *Criar um IDH separado para homens e mulheres em substituição do IDG.* Uma forma de tornar mais perceptíveis as diferenças relacionadas com o género nos indicadores do desenvolvimento humano passaria pela criação de IDH para homens e para mulheres. A interpretação das diferenças entre os dois índices pode ser mais fácil do que no IDG.
- *Resolver os problemas relativos ao rendimento auferido por homens e mulheres:* Dado que os valores relativos aos rendimentos desagregados não estão normalmente disponíveis, fazer a estimativa do rendimento auferido para homens e mulheres constitui um dos aspectos mais problemáticos do actual método de cálculo do IDG e da MPG. A estimativa do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano para os rendimentos auferidos masculinos e femininos baseia-se no rácio de salários do sector não agrícola e na taxa de participação de mão-de-obra por género. Esta abordagem apresenta lacunas graves. Primeiro, porque os dados essenciais estão, muitas vezes, indisponíveis. Segundo, porque as transferências de rendimento no agregado fami-

liar mostram, muitas vezes, que as diferenças de padrões de vida dos membros do agregado são menores do que aquelas que os rendimentos reais auferidos poderiam sugerir. Nenhum destes problemas tem solução fácil, embora o trabalho em curso possa vir a aperfeiçoar os meios de medição das disparidades de género.

- *Produzir uma MPG que contemple parcelas de rendimento.* A MPG inclui o nível de rendimento médio absoluto em cada país, o que quer dizer que só os países ricos conseguem atingir um valor de MPG elevado. A solução deste problema poderia passar por se considerar somente a parcela de rendimento de homens e mulheres, em vez dos níveis de rendimento médios.
- *Ter em atenção novos indicadores.* Nos indicadores actuais, não estão inseridos alguns aspectos importantes da discriminação de género no desenvolvimento humano. Um exemplo disto é o trabalho de assistência, que não consta do IDG ou da MPG, porque estes se concentram exclusivamente no mercado de trabalho. Trata-se de uma área em que os investigadores e a comunidade estatística internacional poderiam ajudar a criar e a consolidar, progressivamente, uma base de dados mais sólida. A violência contra as mulheres é outra lacuna importante dos índices. Embora as estatísticas relativas à violência tenham melhorado muito nos últimos anos, continuamos a deparar-nos com enormes dificuldades para fazer a comparação de dados entre países e avaliar a evolução nessa área. Como só dispomos de dados fiáveis para um número relativamente pequeno de países, ainda não nos é possível incluir um indicador sobre a violência relacionada com o género, mas o *Relatório do Desenvolvimento Humano* irá incentivar e monitorizar uma maior recolha deste tipo de dados.

Tanto o IDH como a MPG estimularam um debate público sobre a igualdade de género. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* está empenhado em prosseguir com esse debate. Os problemas levantados durante a reavaliação do IDG e da MPG, e que se encontram sublinhados aqui, serão abordados em Relatórios futuros à medida que as investigações forem progredindo.

### Nota

- 1 *Journal of Human Development* 7 (2).